Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA |SC

Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool, outras Drogas e Dependências – COMAD

Ata n° 09/2026

13/10/2026

Ao décimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, realizou-se, de forma presencial, a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool, Outras Drogas e Dependências – COMAD. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação); Luciane Virtuoso de Medeiros da Rosa (Secretaria Municipal de Educação); Guilherme de Oliveira Peruch (Vigilância Sanitária); Sandra Gomes Araldi Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social); Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município); Milani Del Priore Vieira Goncho (ABADEUS); e Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club). A Presidente Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação) iniciou a reunião saudando os presentes e solicitando a assinatura da Ata nº 08/2026 e do livro de presença. Em seguida, deu início à discussão dos pontos de pauta, começando pela Comissão de Legislação, com a apresentação e deliberação das propostas. Na ocasião, destacou a importância de prever legalmente a regulamentação das comissões, a fim de legitimar sua atuação. Ressaltou que, caso determinada situação fosse encaminhada ao Ministério Público e houvesse menção à atuação de uma comissão, poderia ser questionada a existência de previsão legal que regulamentasse sua constituição e seu funcionamento. Na sequência, o Conselheiro Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município) abordou a questão da ocupação da Presidência do COMAD por um representante de Comunidade Terapêutica e questionou a possibilidade de estabelecer, no Regimento Interno, regras para a realização de alterações regimentais durante as Reuniões Ordinárias, a fim de evitar procedimentos inadequados. Em seguida, a Presidente Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação) destacou que, nos últimos meses, em razão do período eleitoral, as reuniões tiveram duração reduzida e contaram com menor participação dos membros, inclusive devido ao envolvimento político de alguns deles. Acrescentou que a compreensão acerca do papel do COMAD variava entre os municípios e ressaltou que o COMAD de Criciúma era um dos poucos que não possuíam um representante de Comunidade Terapêutica na Presidência. Ao abordar a participação dessas instituições, salientou que, quanto maior fosse a legitimidade conferida às Comunidades Terapêuticas, maiores seriam as possibilidades de aprimorar a fiscalização. Na sequência, foram discutidas questões relacionadas à previsão legal da Presidência do Conselho, ocasião em que a Presidente ressaltou a necessidade de que essa função fosse sempre exercida por um membro titular. Também considerou pertinente estabelecer a exigência de frequência mínima de 70% nas reuniões realizadas no ano anterior para o órgão de representação. Após as deliberações, foram propostas alterações no artigo nº 10 da Lei Ordinária nº 8.695/2025, prevendo a inclusão de uma

cadeira destinada aos conselhos de classe. Em seguida, abriu-se espaço para diálogo e esclarecimento de dúvidas entre os conselheiros, com vistas a futuras alterações na legislação. Ficou definido, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde contaria com dois representantes, sendo que um deles deveria ser servidor público efetivo, ocupante do cargo de psicólogo e integrante da Rede Municipal de Saúde. Retomando a palavra, a Presidente questionou a possibilidade de prever, na legislação referente ao FUCOM, a realização de capacitações internas destinadas aos conselheiros, contemplando cursos e outras atividades de formação. Na sequência, o Conselheiro Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município) propôs que o memorando a ser encaminhado à Procuradoria questionasse a viabilidade e a possibilidade de retorno ao FUCOM, bem como esclarecesse se o Fundo REMAD possuía personalidade jurídica própria ou se a questão envolvia as contas gerais do Município. A Presidente retomou a possibilidade de inclusão de uma cadeira destinada ao Ensino Superior no Conselho, pauta já discutida em reuniões anteriores, e destacou que a participação de uma instituição dessa natureza contribuiria para agilizar e fortalecer a realização de pesquisas e fóruns. Na sequência, foram mencionadas algumas universidades e discutidas as providências a serem adotadas caso mais de uma instituição demonstrasse interesse em ocupar a cadeira, considerando-se a possibilidade de uma universidade assumir a titularidade e outra, a suplência, de modo a oportunizar a participação de ambas e possibilitar o revezamento nas reuniões. Em seguida, o Conselheiro Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município) apresentou a composição das cadeiras governamentais do Conselho, sendo duas destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, uma à Secretaria Municipal de Educação, uma à Vigilância Sanitária, uma à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, uma à Procuradoria-Geral do Município e uma ao Gabinete do Prefeito, restando uma cadeira a ser definida. Na sequência, foi colocada em votação a proposta de inclusão de mais uma cadeira destinada à Secretaria Municipal de Habitação na composição das representações governamentais, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Posteriormente, foram discutidas as cadeiras não governamentais, cuja composição contemplaria seis representantes de organizações da sociedade civil (OSCs), forças de segurança e instituições de ensino superior. A proposta também foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Ao final, o Conselheiro Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município) retomou algumas questões discutidas anteriormente e informou aos presentes que todas as menções à Vigilância Sanitária na legislação seriam substituídas por remissão à legislação específica do órgão, sem a inclusão de novas atribuições. Na sequência, foi concedido espaço de fala à Conselheira Milani Del Priore Vieira Goncho (ABADEUS), que abordou o evento “Quando o Jogo Cobra a Conta”, apresentando sua avaliação e considerações a respeito da atividade. Não havendo mais assuntos a serem tratados, agradeceu a participação e o comprometimento de todos os presentes, destacando a importância da contribuição de cada representante para o desenvolvimento das atividades do Conselho, e declarou encerrada a reunião. E eu, Isadora Rabelo Celso, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação);

Luciane Virtuoso de Medeiros da Rosa (Secretaria Municipal de Educação);

Guilherme de Oliveira Peruch (Vigilância Sanitária);

Sandra Gomes Araldi Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social);

Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria-Geral do Município);

Milani Del Priore Vieira Goncho (ABADEUS);

Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club).